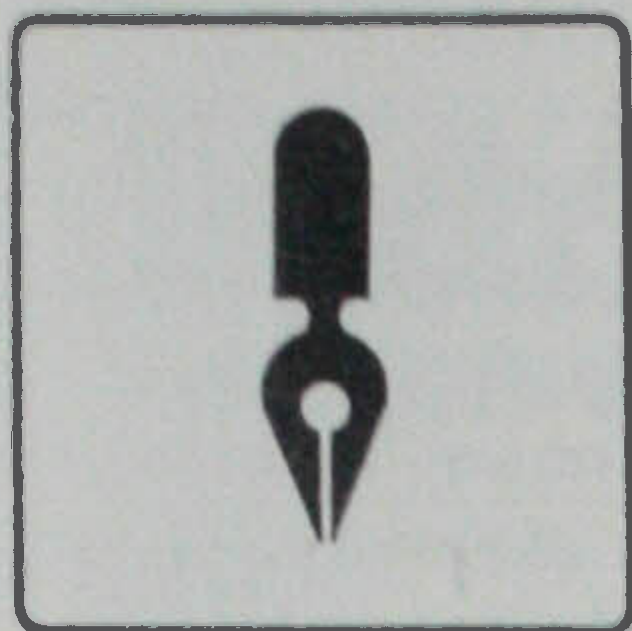




Centro de Conservação de Energia

O «Diário da República» de 7 de Junho publicou o Despacho 85/85 do Gabinete do Ministro da Indústria e Energia sobre um «Programa de Apoio à Utilização Racional da Energia». O assunto aí versado não teria nada de essencialmente novo, em relação a outros esquemas anteriores de incentivo à conservação energética, se no seu articulado não tivesse sido expresso que as participações financeiras a cada projecto serão geridas pelo **Centro de Conservação de Energia**, com o objectivo, revelado no preâmbulo daquele documento, de «obter um desenvolvimento não só quantitativo mas também qualitativo na conservação e diversificação energéticas».

Na verdade, a institucionalização de uma entidade destinada a gerir e desenvolver a conservação energética em Portugal corresponde a um modelo pelo qual temos pugnado, desde os tempos em que no estado americano de Oklahoma ⁽¹⁾ nos apercebemos da necessidade dessa estrutura de cúpula para bem se conseguir implementar qualquer esquema de apoio às estruturas industriais, comerciais e residenciais que consomem energia térmica e eléctrica.

Nessa ocasião participámos activamente num programa em curso, utilizando docentes e discentes de várias universidades. Os respecti-

vos centros, implantados em certos departamentos universitários (sobretudo vocacionados para a engenharia industrial), prospectavam localmente pequenas e médias empresas que poderiam necessitar de auditorias energéticas e efectuavam as correspondentes análises, culminando com a entrega de um estudo sobre a viabilidade de projectos de melhoria das instalações sob o ponto de vista da utilização racional da energia. Esse trabalho era gratuito para as empresas, mas os centros recebiam o pagamento devido pelo organismo oficial que lançara e geria o programa global. Os empresários ficavam assim na posse de um documento onde se evidenciavam os investimentos necessários e os prazos dos correspondentes reembolsos devido às economias consequentes da conservação energética. A decisão para avançar no sentido de implementar acções de conservação pertencia aos industriais, havendo para o efeito esquemas incentivadores.

Quando regressámos a Portugal pensámos erguer um programa semelhante, por reconhecermos a existência em potencial de um elevado mercado e o extraordinário benefício que daí resultaria para o País. Mas ninguém responsável nos quis atender. Grotescamente, houve quem se dispusesse a conceder-nos cinco minutos (!) para nos

ouvir. E a ideia ficou arquivada nos nossos escritos, embora tenha sido veiculada algumas vezes a jovens estudantes (motivados por questões bem diferentes). Cedo reconhecemos que sem cometimento do poder político todo o esforço individual de inovação resulta esgotante e inútil. Há que escolher os momentos propícios.

Eis que agora se nota uma intenção política convergente com as preocupações que nos excitaram. Os ânimos renascem. Recordamos os planos arquivados, as ideias adormecidas, as reflexões abandonadas — à espera de divulgação num livro intitulado «Roda Livre». A instituição de um Centro de Conservação de Energia apoiado no LNETI e na EDP responde exactamente à entidade coordenadora de um projecto a nível nacional com a participação das escolas disseminadas pelo território. Será que a sua Comissão Instaladora (Despacho 137/85 de 6 de Julho) bem como a Comissão Executiva (Despacho 147/85 de 20 de Julho) entendem o alcance desta solução?

A dúvida justifica-se porque as tarefas executivas são de «coordinar a instrução e avaliação dos

⁽¹⁾ H. Duarte-Ramos, *Uma experiência nos EUA*, ELECTRICIDADE 185, Março 1983, p. 93.

projectos apresentados no quadro do programa de apoio à utilização racional de energia». Mas só algumas empresas tomam a iniciativa de promover auditorias energéticas, geralmente as que melhor se situam financeiramente. A maioria das empresas não aproveita os benefícios dos apoios possíveis por falta de justificação técnica das necessidades, ainda que evidentes. Estão nesta ingrata situação as empresas de menor capacidade tecnológica, as mais tradicionais ou as de mais fraca potencialidade humana. Mas também são exemplos muitas empresas médias, em geral de maior tradição. Estamos-nos a lembrar das padarias, pastelarias, salas de espectáculos, tipografias, oficinas de mecânica, pequenas fábricas (confeções, cerâmicas, maquinaria, etc.). São inúmeras as actividades que se desenvolvem no seio da sociedade portuguesa onde se podem evitar desperdícios energéticos. A questão resume-se em saber agir, principalmente em decidir e empenhar-se na organização de projectos de conservação energética.

Conhecem-se hoje técnicas simples de **conservação produtiva**, que permitem utilizar a energia mais eficientemente. A **poupança força-da** também economiza energia, mas sofre de efeitos secundários bastante prejudiciais. Os tecnólogos foram mais longe, motivados pela subida íngreme dos custos energéticos, e propuseram metodologias para usar a energia mais racionalmente, pelo aproveitamento tão completo quanto possível dos conteúdos energéticos (por exemplo, cogeração de calor e electricidade) e pela repartição inteligente dos consumos (evitando gastos a horas de ponta ou optimizando os stocks). Tal é o âmbito lato da **gestão energética**.

Para isso deve-se estabelecer uma organização adequada. Há

dois princípios organizacionais invioláveis: em primeiro lugar, o administrador executivo deve cometer-se decididamente ao programa, confirmando o seu empenhamento sem vacilar no seu entusiasmo e apoio financeiro; em segundo lugar, a execução do programa deve ter um coordenador que se dedique e se responsabilize com autoridade.

Bem se vê como é difícil conseguir atingir tais condições nas pequenas empresas, tanto mais que se terá de recorrer a auditores externos, a quem se terá de pagar e em cujos resultados nem sempre se acredita. Nas médias empresas, que já comportam uma apreciável dimensão, o problema apresenta-se mais difícil. Mas apenas nas grandes empresas se pode compreender a verdadeira importância da conservação energética.

É por isso que se reconhece elevado valor num programa especialmente dirigido às pequenas e médias empresas, fornecendo-lhes auditorias gratuitas e com aconselhamento nos modos de financiamento dos respectivos projectos de conservação de energia. A execução deste plano a nível nacional exige enormes recursos humanos. No entanto, a regionalização facilita a tarefa, se forem utilizadas as escolas profissionalizantes a nível médio e superior, desde que haja uma coordenação eficaz. E tudo indica que esta acção central deva ser exercida pelo ora instituído Centro de Conservação de Energia.

Não encontramos esta função demarcada nos objectivos declarados para este Centro. Mas não vislumbramos melhor entidade vocacionada para concretizar semelhante proposta. Se houver, que seja. Não pretendemos ceifar em seara alheia. Queremos somente evidenciar que um programa de conservação energética no plano nacional

para pequenas e médias empresas traria largos benefícios às indústrias, individualmente, mas sobretudo à globalidade do País.

Existem diversas maneiras de sensibilizar as administrações para o problema da energia. A mais simples consiste em observar a evolução histórica dos custos de energia nos últimos cinco ou mais anos e extrapolar uma projecção linear para o futuro: facilmente se nota o significado da tentativa de redução dos consumos de energia, por mais ínfima que seja a respectiva percentagem. Outra medida genérica assenta em ditames de política energética: aproveitar a oportunidade da concessão de incentivos à conservação energética, quer incentivos fiscais (como isenção de impostos por determinado período, em função do montante dos investimentos efectuados), quer incentivos de crédito (a fundo perdido ou empréstimos com juros bonificados).

No actual programa da responsabilidade do Centro de Conservação de Energia as acções para aumento da produtividade do ponto de vista energético, redução de gastos supérfluos e projectos de economia de energia têm um apoio financeiro calculado a partir das economias energéticas previstas para cinco anos, até ao limite máximo de 50 % do valor total do investimento. Além disso, os projectos de desenvolvimento de novos produtos e construção de protótipos vantajosos recebem a participação máxima de 60 %, enquanto a fabricação de pré-séries e projectos de I, D & D são financiados até 40 %.

Tais iniciativas devem receber os aplausos merecidos. Contudo, sobre esta efusão de méritos recaem as dúvidas da continuidade. Com a mudança governativa será que tudo é letra morta?

Hermínio Duarte-Ramos